



ACÓRDÃO Nº 446/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11384/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Responsável:** Maria das Graças Soares Prola (Ordenador de Despesa)
- 4- **Órgão:** Programa Estadual de Proteção e Orientação do Consumidor - PROCON/AM
- 5- **Exercício:** 2016.
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2717/2018-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Programa Estadual de Proteção e Orientação do Consumidor - PROCON/AM. Exercício de 2016.

Irregularidade. Alcance. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas do **Sra. Maria das Graças Soares Prola**, Diretora Geral do Programa Estadual de Proteção e Orientação do Consumidor (PROCON), referente ao exercício 2016, nos termos do art. 22, inciso III, alínea “c”, da Lei Estadual nº 2.423/1996 c/c art. 188, inciso II; §1º, inciso III, alínea “c”, todos estes da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, por prática de ato ilegítimo, qual seja, o pagamento indevido de juros e multas ao INSS com recursos públicos;
- 10.2. **Considerar em Alcance** a **Sra. Maria das Graças Soares Prola**, Diretora Geral do Programa Estadual de Proteção e Orientação do Consumidor (PROCON), referente ao exercício 2016, no valor de **R\$ 4.911,26** que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, decorrente do pagamento indevido de juros e multas ao INSS;
- 10.3. **Aplicar Multa** ao **Sra. Maria das Graças Soares Prola** no valor de **R\$ 2.500,00**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da



ACÓRDÃO Nº 446/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.4. Dar ciência à Sra. Maria das Graças Soares Prola deste Acórdão.

11- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Maio de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição